

PROFESSOR NÃO ADOECE, MORRE¹!

OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA SOBRE A SAÚDE E A VIDA DOS DOCENTES

TEACHER DOES NOT GET SICK, DIES!

THE IMPACTS OF CHANGES ON PUBLIC COLLEGE EDUCATION ON LECTURERS HEALTH AND LIFE

Alzira Mitz Bernardes Guarany²

RESUMO

O capitalismo global, de cariz neoliberal transformou a educação em área de realização de lucro e valorização do capital, o que acabou gerando mudanças na organização e no processo de trabalho dos docentes. Na educação pública tivemos ainda um processo de sucateamento e precarização das condições de trabalho. Este cenário pode ter contribuído para a deterioração da saúde dos trabalhadores da área, dentre eles os docentes. Desde 2013, tem-se dedicado a investigar os efeitos dessas alterações na saúde e na vida dos professores do ensino superior público. O presente artigo é fruto de uma fase desta pesquisa, na qual busca-se identificar e qualificar as mortes de professores ativos da maior instituição federal de ensino superior do Brasil, a UFRJ ocorridas entre os anos 1995 e 2016. Para qualificar os óbitos encontrados, usou-se variáveis analíticas como sexo, idade, unidade acadêmica a qual se vinculavam quando da morte e *causa mortis*. Dentre os resultados que serão apresentados, destaca-se os 95 óbitos com idades prematuras, e ainda alguns por neoplasia maligna.

PALAVRA-CHAVE: Saúde Docente; Neoliberalismo; Trabalho Docente; Óbito.

ABSTRACT

Global capitalism, of a neoliberal nature, transformed education into an area of profit realization and capital appreciation, which ended up generating changes in the organization and in the work process of teachers. In public education, we also had a process of scrapping and precarious working conditions. This scenario may have contributed to the deterioration in the health of workers in the area, including lecturer. Since 2013, has devoted himself to investigating the effects of these changes on the health and lives of public college education lecturers. This article is the result of a phase of this research, in which sought to identify and qualify the deaths of active lecturers at the largest federal institution of college education in Brazil, UFRJ, which occurred between the years 1995 and 2016. To qualify the deaths found, used analytical variables such as sex, age, academic unit to which they were linked at death and cause of death. Among the results that will be presented, we highlight the 95 deaths with premature ages, and still some due to malignant neoplasm.

KEYWORDS: Lecturer Health. Neoliberalism. Lecturer Work. Death.

¹Frase ouvida por uma servidora do setor responsável pela saúde do trabalhador da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Professora Adjunta da ESS/UFRJ; Pesquisadora da área do Trabalho, Sociabilidade e Saúde do Trabalhador; coordenadora do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Trabalho e Sociabilidade -- LEPPTraS/ESS/UFRJ
Trabalho submetido em agosto de 2020. Aprovado em novembro de 2020

1. INTRODUÇÃO

A crise capitalista global ocorrida no final dos anos 60 chamou a atenção do mercado para a educação como *locus* de interesse para investimentos, pois se mostrou uma área capaz de promover a valorização do capital e a realização de lucros, validando um axioma marxiano que já apontava que o destino do capitalismo seria espalhar-se indefinidamente na busca por se perenizar; para tanto iria “[...] conquistar todos os ramos [...] que até o momento ainda não se apoderou [...]” (MARX, p.105). Se não fizesse esse movimento, o capitalismo se extinguiria na primeira crise. Contudo esta aproximação causou também mudanças em diversos elementos, dentre eles os processos de trabalho.

No Brasil, quando essa crise chegou, no final dos anos 80, um dos caminhos escolhidos para enfrentá-la foi também investir em áreas até então pouco exploradas, dentre elas a educação (AUTOR, 2014), o que exigiu ajustes legais, especialmente na esfera do ensino superior. Desde então, vimos um acelerado crescimento do número de instituições privadas, ancorado na entrada de organizações financeiras, inclusive estrangeiras, usando a educação como fonte de investimento. O Censo do MEC de 2017 (BRASIL, 2017) revela que, em 2016, as instituições privadas de ensino superior já respondiam por quase 90% do mercado. Cenário este que tem rebatimento na saúde dos professores.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2016), a atividade docente está entre as vinte atividades com maior ocorrência de desligamento por invalidez, ficando as doenças funcionais como a segunda maior causa destas aposentadorias!!! Como explicar isto na medida em que a atividade docente não é definida como atividade laboral insalubre ou perigosa?

Pode-se adiantar que, para atender às necessidades e expectativas do capital investido e do mercado, foi necessário a adoção de novas formas de gestão, novos indicadores e novos processos de trabalho, pois precisava-se garantir menor custo e maior produtividade para o investimento privado.

A despeito de o adoecimento ser um fenômeno complexo, acreditamos que essas mudanças de caráter estrutural na esfera do trabalho docente, contribuíram sobremaneira para o elevado número de casos de aposentadoria por invalidez, pois provocaram impactos na saúde e na qualidade de vida dos profissionais, inclusive dos docentes.

Na esfera da educação superior pública, os registros históricos nos mostram que também se consolidou a entrada do capital e das diretrizes mercantis. Desde os anos 90, algumas ações

e empreendimentos demonstraram de forma sistemática a participação do mercado e das corporações privadas nas universidades públicas. Como exemplos, temos a construção de instalações de grandes empresas nos *campi* das instituições federais de ensino superior – IFES; a venda de cursos de extensão e pós-graduação para empresas e para a sociedade em geral; além da realização de pesquisas financiadas pela iniciativa privada. Todo esse cenário promoveu diversas alterações estruturais na educação, bem como no cotidiano laboral dos trabalhadores, em geral, e dos docentes, em particular.

Em 2013, em uma pesquisa, usando o método do estudo de casos múltiplos, para identificar os efeitos dessas mudanças na saúde dos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, um entrevistado fez uma provocação para que, futuramente, fosse feita uma outra investigação para averiguar o porquê tantos professores estavam morrendo, pois ele estava muito preocupado com os colegas de sua unidade acadêmica. Ele ainda acrescentou que “[...] várias pessoas que morreram [...] é, infarto, câncer [...] recentemente um colega meu [...] teve infarto porque teve que fazer monte de coisas e a vida dele termina sendo assim, comer rapidamente e tal... Tudo corrido”. (AUTOR, 2014, p. 222):

Esta provocação ficou arquivada, e só pode ser atendida em 2017, quando iniciou-se a negociação junto à UFRJ³ para que se desse acesso aos dados sobre as mortes de professores ativos. Dados estes que só se conseguiu acessar em 2018, o que explica o intervalo de tempo proposto para o estudo: de 1995 a 2016. O motivo de se escolher o ano de 1995 como inicial, se deu porque entendeu-se que, 5 (cinco) anos passados da adoção formal da estratégia neoliberal no Brasil, seria tempo suficiente para consolidar as medidas adotadas na esfera da educação superior pública, dentre elas o gerencialismo, como forma de gestão, assim como para aparecerem os efeitos do seu empresariamento, com a diminuição sistemática de verbas do governo para as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e a precarização das condições de trabalho, e os rebatimentos deste cenário na saúde dos trabalhadores da área, dentre eles os professores. Tudo isso contribuiu para a alteração do seu perfil de adoecimentos, como também degenerou sua qualidade de vida, dentre outros efeitos nefastos em sua vida e saúde.

A pesquisa usou uma perspectiva de totalidade e complexidade, pois entende-se que o fenômeno do adoecimento do trabalhador é complexo e multifatorial. Foi ancorada ainda na teoria social crítica, capaz de dar suporte para uma abordagem de totalidade na análise dos

³ Foram buscadas informações junto ao setor de registros de óbitos da PR-4, como também junto à Coordenação de Política de Saúde do Trabalhador – CPST, ligada à PR-4.

dados levantados, sem se limitar aos seus aspectos fenomênicos imediatos, buscando as raízes dos fatos e relacionando-os ao contexto macrosocial onde eles ocorreram, bem como lançando luz nos seus aspectos históricos e sociais.

Para qualificar os dados encontrados, usou-se variáveis analíticas como gênero, idade, tempo de serviço na universidade, unidade acadêmica a qual pertenciam quando vieram a óbito e a *causa mortis*. O objetivo do estudo foi o de traçar um perfil dos professores que faleceram, levando em consideração o motivo de suas mortes, bem como indicar pistas para entender melhor o macro e o microcontexto no qual os óbitos ocorreram, como forma de contribuir para a elaboração de políticas institucionais de gestão de pessoas. Contudo, não foi possível acessar a *causa mortis*⁴, porém, buscou-se formas alternativas de nos aproximar o máximo possível dessa informação. Forma esta que será explanada mais à frente, contudo os dados prévios nos sugeriram um cenário mais grave do que aquele pensado *a priori*, e urge divulgá-lo, sob pena de mais mortes ocorrerem, sem que consigamos relacioná-las ao ambiente laboral⁵.

2. DESENVOLVIMENTO

Nos países capitalistas, entre eles o Brasil, a educação sempre teve uma relação estreita com os interesses do capital. Entretanto, essa relação se aprofunda e se intensifica a partir da crise estrutural de efeitos globais ocorrida no Ocidente nos anos 70, mudando inclusive a função social da educação, que passa a ser *lócus* de realização de lucro e valorização do capital. Esse processo começou pelos níveis fundamental e médio, e somente no início da década de 90 aportou na educação superior brasileira, já sob a égide neoliberal.

Criou-se todo um aparato jurídico-formal e político-ideológico que pudesse apoiar essas mudanças. Por exemplo, a promulgação em 1996⁶ da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996) permitiu à educação superior se abrir de forma

⁴ Para levantar a *causa mortis*, nos óbitos mais antigos, seria necessário a consulta às pastas dos servidores, pois não há esta informação em meio digital, mas a UFRJ enfrentou em 2018 e 2019 um grande número de pedidos de aposentadoria em função da reforma da previdência que ameaçou os direitos relativos à aposentadoria, conquistados pelos servidores. Somada à falta crônica de servidores técnico-administrativos que pudesse auxiliar neste levantamento, buscou-se outros canais que pudessem nos aproximar da *causa mortis*.

⁵ A intenção não é de culpabilizar o trabalho nos óbitos ou adoecimentos. Busca-se em verdade pensar o trabalho como espaço de realização do humano e como promotor de saúde, por isto é importante detectar onde e por que ele não está fazendo exercendo esta função.

⁶ A alteração da Lei em 1996, se deu sob a inspiração das orientações da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Mundial, que em 1995 divulgou o relatório “La enseñanza superior las lecciones derivadas de la experiencia”⁴, no qual traça um extenso diagnóstico da educação superior em países periféricos e emergentes e anuncia a existência de uma crise sem precedentes, cuja saída é o aumento da presença da iniciativa privada nesse nível da educação.

mais ampliada à iniciativa privada, inclusive promovendo a democratização do acesso através da expansão da mercantilização e do fortalecimento das instituições privadas de ensino, usando o fundo público como forma de financiar indiretamente esse crescimento através do subsídio à entrada de estudantes de baixa renda nas organizações privadas.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) foram iniciativas que estavam mais preocupadas em aumentar o volume de alunos na iniciativa privada do que em fornecer aos estudantes um ensino de qualidade⁷.

Na esfera da educação superior pública, o processo de empresariamento e mercantilização da coisa pública e o uso do fundo público para valorização do capital também se fizeram presentes. Entre as iniciativas e políticas para esse fim está o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que preconizou a reestruturação do ensino superior público ancorada no pacto de metas para financiar a educação e acabou por trazer para essa esfera a forma de gestão e a visão pragmática e quantitativista da esfera privada, que foca mais na planilha financeira do que no atendimento da demanda com qualidade.

Todo esse movimento promoveu mudanças estruturais nos cotidianos laborais, nos processos de trabalho, bem como na racionalidade desses espaços, com a adoção do gerencialismo⁸, que passou a pautar a gestão.

A adoção formal no Brasil da lógica neoliberal, a defesa da racionalização e a modernização do Estado e de suas instituições, assim como a entrada do capital privado na educação, colocaram em pauta a exigência de que se fizesse o monitoramento dos investimentos realizados na área, assim como prescindiu de dispositivos para garantir o retorno do mesmo. Dentre as regras que passaram a valer nas instituições de educação, estava a de se perseguir uma maior produtividade, com o menor custo possível, inclusive na esfera pública, invertendo a lógica da oferta de serviços do Estado para a sociedade, cujo objetivo deveria ser o atendimento às demandas sociais e não a constante preocupação com a planilha financeira.

Esse novo paradigma acarretou impactos negativos na qualidade dos serviços prestados, assim como também afetou a saúde dos trabalhadores da educação, inclusive dos docentes. Em

⁷ Com o incentivo destas políticas públicas, as instituições privadas correspondem hoje a 87,7% da rede de educação superior no Brasil, entretanto, em termos de produção científica, as instituições públicas respondem por mais de 90% das pesquisas realizadas no país (LOPES, 2019).

⁸ Gerencialismo é o termo usado para se referir ao processo de incorporação na esfera pública, de estratégias de gestão utilizadas nos meios empresariais.

meio às diversas alterações provocadas pelo gerencialismo, combinadas com a adoção das inovações tecnológicas, forjou-se um novo processo de trabalho, com a imposição da necessidade da polivalência do professor (AUTOR, 2014), de um regime de extensificação do trabalho e da busca pela rapidez nas produções. Tais demandas levaram à intensificação do ritmo da elaboração dos trabalhos acadêmicos e científicos. Ademais, o crônico desinvestimento da esfera pública em muitas áreas e instituições que não interessavam ao mercado provocou a precarização das condições de trabalho e dos contratos, dentre outras mudanças perversas que passaram a fazer parte do cotidiano laboral na educação, para atendimento dos interesses do mercado e de um Estado mais voltado para o financeiro do que ao atendimento das demandas sociais.

A despeito das contestações e resistências por parte dos movimentos sociais e trabalhistas organizados contra esse processo, o empresariamento e o comparecimento do capital nas instituições públicas de ensino superior foi se aprofundando e consolidando. Os diversos governos brasileiros⁹ imputaram à universidade públicas e à carreira dos profissionais da educação, dentre eles os professores, um cenário de desinvestimento crônico, com consequências nefastas para toda a comunidade acadêmica. No caso dos professores, os estudos que foram realizados desde 2013 têm registrado o aumento da presença e da vivência do sofrimento psíquico, passando pelo adoecimento e provocando até mortes prematuras entre aqueles que ainda se encontram em atividade.

Uma investigação da UNESCO (UNESCO, 2005) afirmou que houve mudança no perfil de adoecimento dos professores. Antes do processo de “modernização” promovido pelo Estado neoliberal, na maioria das vezes o professor adoecia pelo uso excessivo e inadequado da voz ou porque ficava em pé por longos períodos, por exemplo. Agora temos registrado também casos de síndrome de *burnout*¹⁰, depressão, síndrome do pânico, entre outras.

Quanto ao ambiente de trabalho, podemos apontar que este era mais cordial e colaborativo, com certo grau de cooperação e estímulo à coletivização dos processos. A competição entre os professores era algo contextual. Contudo, a partir da adoção formal do gerencialismo, a competição passou a estar presente de forma estrutural tanto intra como

⁸ Desde aqueles do período militar, passando pelos do Partido Trabalhista até os governos atuais, todos trabalharam para atender prioritariamente o mercado e a iniciativa privada. Para saber mais, ver Autor (2012, 2014, 2020).

⁹ Essa síndrome não chega a ser uma doença, mas é um processo patológico resultante de estresse crônico no trabalho, causando desânimo e sensação de esgotamento, e abalando a eficácia e a produtividade profissional e até pessoal. Em 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) ⁹ incluiu a síndrome de *burnout* na versão 11 da Classificação Internacional de Doenças (CID) a ser divulgada em 2022.

extrainstitucional. O utilitarismo como valor passou a ser a tônica de uma nova racionalidade do trabalho, o que promoveu a degeneração do espaço da criatividade e da autonomia do professor no seu fazer acadêmico.

Os processos de trabalho¹¹ ficaram mais racionalizados e prescritos, além de não atentarem para a diferença entre as áreas do saber e os tempos necessários para a produção de ciência e conhecimento. O propósito primário passou a ser responder às necessidades do capital lá investido, isto é, atender, no menor tempo possível, gerando dados, informações, conhecimento e/ou avanço tecnológico capaz de valorizar o capital. Tal intento acabou por também contribuir para a extensificação do trabalho. O professor passa a trabalhar em outros espaços e tempos que não aqueles de sua jornada semanal: em casa, no deslocamento, em viagem, nos fins de semana, férias, como forma de buscar dar conta de toda a demanda. Os novos instrumentos de trabalho contribuíram com isso na medida em que os alcançam onde estes estiverem, seja pelo celular, pelo computador ou pelo laptop, por meio das mensagens instantâneas, do e-mail e até das redes sociais.

Esses elementos, combinados com a desvalorização social da profissão¹², os baixos salários, o desmonte da carreira e o desmantelamento dos equipamentos de trabalho, provocaram consequências nefastas à saúde física e mental dos profissionais da educação, levando até à morte prematura.

Antunes e Praun (2015) indicam que as mudanças efetuadas no mundo do trabalho a partir do modelo neoliberal resultaram em um grande quantitativo de trabalhadores adoecidos física e mentalmente. Os números do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) endossam esse parecer: em 2017 foram concedidos quase 2 milhões de auxílios doença!

Em uma pesquisa de caráter qualitativo, realizada entre os anos de 2013 e 2015 sobre a saúde dos docentes de uma IFES, usou-se o estudo de casos múltiplos (YIN, 2011), na busca de verificar se o sofrimento e o adoecimento acometia apenas àqueles que se opunham à nova forma de gestão operada no processo de “modernização” da educação superior pública, adotada a partir dos anos 90. Foram realizadas entrevistas usando roteiros semiestruturados com professores pertencentes às unidades com posicionamentos diferentes diante desse processo¹³.

¹⁰ Entendidos aqui como aquele processo realizado pelo trabalhador(a), usando a pré-ideação, sua força de trabalho, instrumentos sobre um determinado objeto (MARX, 2004).

¹² Para saber mais, ver Autor (2012).

¹³ Para saber mais ver Autor (2014 e 2020).

A análise de conteúdo¹⁴ realizada nas transcrições das entrevistas, revelou que 90% dos professores ouvidos indicavam que elementos presentes em suas rotinas laborais eram corresponsáveis por seus processos de sofrimento psíquico e adoecimento. Dentre esses, podemos citar a crescente intensificação do seu ritmo de trabalho, a exigência de que tivessem um perfil polivalente, um novo processo de trabalho, a competitividade estrutural no ambiente de trabalho, a falta crônica de investimentos – o que promovia a precarização de suas condições de trabalho –, a extensificação de suas atividades laborais, além da fragilização da carreira docente e das novas e precárias relações de trabalho usadas para suprir, minimamente, as necessidades de mão de obra.

O presente artigo traz uma investigação que foi inspirada na fala de um professor entrevistado entre os anos de 2013/2014, angustiado porque era surpreendido com as mortes repentinas de seus colegas quando ainda estavam em idade ativa e produzindo. Somente em 2017 conseguiu-se retornar à UFRJ para pesquisar essa situação, e então passou-se a investigar os desligamentos por falecimento ocorridos entre os anos de 1995 e 2016 naquela instituição.

A despeito da docência não ser considerada uma atividade insalubre ou perigosa, conforme classificação do extinto Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, a profissão de professor tem registrado um alto índice de falecimentos de profissionais ativos. Em 2018, de posse de grande parte dos dados cedidos pela UFRJ, iniciou-se um estudo exploratório quantitativo. As análises foram pautadas em variáveis analíticas como: idade, sexo, unidade acadêmica a qual os professores se vinculavam à época da morte, data de admissão na Universidade, data do óbito e *causa mortis*.

Depois de limpar e cruzar os dados, consolidou-se as planilhas recebidas: deparou-se com 95 docentes ativos da UFRJ que morreram, entre os anos de 1995 e 2016. Desse quantitativo, 71,58% eram de homens e 28,42%, mulheres. Desse primeiro achado cabe apontar:

- a) ter a maioria composta por homens era de se esperar, já que no ensino superior, apesar de ter caído de 71,78% para 54,45%, eles ainda são a maioria dos professores, e na universidade em tela essa superioridade quantitativa também se expressa, mas menos representativa: são 50,68%;

¹² Para saber mais, ver Autor (2014).

- b) seria esperado que encontrássemos uma maioria masculina, pois, segundo Brolezi *et al* (2014), ao longo do ciclo de vida os homens apresentam coeficientes de mortalidade consideravelmente maiores que as mulheres (BRASIL, 2009).

Todavia, a diferença entre o número de óbitos de homens e de mulheres representa três terços do total de mortes, não sendo equivalente às porcentagens de homens e mulheres que lecionam no ensino superior, mas muito maior.

Apesar de as ocorrências de óbitos estarem distribuídas por várias unidades acadêmicas, ao qualificá-las verificou-se uma clara concentração de óbitos em algumas delas. Por exemplo, numa unidade vinculada à área da saúde registrou-se quase 20% das mortes. Em termos de grandeza, era até um resultado esperado, já que essa é uma das áreas com maior número de professores. Buscou-se, então, uma relativização numérica de forma que pudéssemos ter uma noção de proporcionalidade¹⁵; todavia, mesmo depois desse cálculo, a unidade da área da saúde permaneceu entre as que mais registrou mortes.

Mais duas unidades acadêmicas nos chamaram a atenção: um do Centro de Tecnologia e outro do Centro de Letras e Artes, ambos com registros, cada um, de algo próximo a 10%. O restante dos óbitos estava pulverizado em mais 10 unidades, o que nos mostrou que não havia prevalência entre os campos do conhecimento, já que todas as grandes áreas estavam ali representadas, ou seja, podemos inferir que o trabalho docente como um todo vem sofrendo com as mudanças ocorridas no setor educacional, seja pela intensificação, extensificação, produtivismo ou até pela polivalência, a despeito das particularidades que envolvem os diferentes campos do saber, mesmo aquelas áreas que recebem mais verbas e valorização do mercado.

No tocante à idade em que os professores vieram a óbito, apesar de estar entre 31 e 71 anos, parte significativa das mortes aponta para uma precocidade, pois 42% delas se concentraram na faixa etária de 50 anos. De acordo com o IBGE ¹⁴, a expectativa de vida dos brasileiros em 2017 girava em torno de 75,8 anos¹⁶.

Outra variável analítica que buscou-se investigar foi a *causa mortis*, dado encontrado nos atestados de óbito¹⁷ que estariam nos assentamentos desses servidores. Todavia, até o

¹³ Calculou-se a média do total de professores da IFES ano a ano, dentro do período pesquisado, e da proporção destes com o número de docentes e o de óbitos ocorridos em cada unidade investigada.

¹⁴ Se retroagirmos a 1995, também havia precocidade, pois a expectativa de vida, segundo o IBGE, era de 68,6 anos.

¹⁷ Sabe-se que os dados que constam nos atestados de óbito podem não corresponder à real causa da morte, entretanto por se tratar de um documento oficial, partiu-se do princípio que seria o mais indicado.

presente momento não se conseguiu ter acesso a esses dados. Buscando uma aproximação mínima com essa variável tão importante, procurou-se a Coordenação de Política de Saúde do Trabalhador – CPST, ligada à PR-4, responsável pela saúde dos servidores e trabalhadores da UFRJ, a fim de averiguar se havia algum registro de saúde e acompanhamento médico dos professores que vieram a óbito.

Não obstante, nos pareceu haver certa invisibilidade institucional no tocante ao adoecimento dos docentes na Universidade (AUTOR, 2014), reforçando o que se ouviu em uma ocasião de uma servidora sobre aquela instituição: “Professor não adoecer, morre!”. É fato que foram encontrados alguns registros dos professores que procuraram o setor antes de falecerem. Dos 95 que vieram a óbito, somente 36,84% compareceram à Coordenação de Políticas em Saúde do Trabalhador¹⁸ – CPST. Todavia, só havia registro do motivo de afastamento em 26,31%. As informações que se conseguiu foram importantes para nos dar algumas pistas, mas também foram estarrecedoras, pois apontaram para a prevalência de patologias inimagináveis entre os professores: dos que buscaram atendimento no setor de saúde e vieram a falecer, 68% desenvolveram neoplasia maligna¹⁹!

De acordo com o Ministério da Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015), o câncer relacionado ao trabalho é definido como decorrente da exposição a agentes carcinogênicos presentes no ambiente de trabalho, mesmo após a cessação da exposição. Contudo, na pesquisa realizada, não se teve acesso a informações que permitissem fazer essa relação. Buscou-se também pesquisas que relacionassem o câncer a outros fatores. Sebastiani, na obra de Silva (2012), aponta que sentimentos de esgotamento podem resultar na somatização de fatores psicossociais traduzida em doenças físicas.

De acordo com a pesquisa realizada em 2013 na UFRJ, a fala de uma professora demonstra como se sentia pressionada para produzir mais, e, ao mesmo tempo, frustrada: “[...] eu tenho uma escolha por pesquisa, mas não consigo fazer pesquisa porque tenho as outras demandas e sou pressionada [...] mas me conformei que eu não vou ser uma [...] excelente pesquisadora porque eu não tenho saúde para isso” (AUTOR, p.146, 2014).

O estresse tem sido descrito como um dos fatores desencadeadores da cancerinogênese. Neme (2005) reconhece que há uma relação indissolúvel entre corpo e mente, e que a neoplasia maligna é resultante das relações ambientais, além das genéticas e imunológicas. Respostas

¹⁸ A falta de registro também pode ter sido ocasionada pelo falecimento súbito, mas é um dado que não se pode afirmar, visto que não se pode acessar a *causa mortis*.

¹⁹ No Brasil, o câncer representa a segunda maior causa de morte (BRASIL, 2009).

emocionais, combinadas às condições concretas de vida, podem determinar respostas fisiológicas que reduzem as defesas naturais do organismo. Ou seja, se pensarmos no contexto da educação superior pública hoje, marcado pela intensificação do ritmo de trabalho, pelo produtivismo, por professores pouco valorizados e assoberbados, dentre outros elementos perniciosos que compõem suas vidas laborais, podemos inferir que tudo isso pode estar contribuindo, e muito, para o aparecimento e crescimento dessa patologia.

As exigências de métricas e indicadores utilizadas nos editais de financiamento, nas progressões e promoções funcionais, aliadas a um ambiente cada vez mais competitivo e menos colaborativo, podem acabar por amplificar os níveis de estresse do docente, o que, mesmo que indiretamente, pode ter relação com o câncer, como indicam Flint *et al*¹⁸ (2007, p.1):

O estresse está associado ao aumento da produção de hormônios simpáticos e outros hormônios adrenais. Epinefrina (E), norepinefrina (NE) e cortisol são produzidos durante o estresse psicológico e podem afetar diretamente muitas células. Estes efeitos podem ser transitórios [...] ou podem ter consequências mais duradouras, tais como danos permanentes no DNA que podem resultar no aumento da transformação celular e/ou tumorigenicidade.

Dentre esses professores, 41,18% eram mulheres. Neme (2005) aponta que as mulheres são mais propensas a produzir o estresse crônico, visto que elas vivenciam um contexto social de dupla função, ou como é chamado, de dupla jornada²⁰, junto às suas famílias e ao trabalho, o que pode potencializar a pressão que sofrem. Por isso talvez apresentem quase metade dos casos de neoplasia na população.

Os percentuais de incidência do câncer nesse grupo de professores são similares àqueles encontrados na população em geral, porém as pesquisas científicas divulgadas no Brasil apontam que 70% dos casos ocorrem depois dos 60 anos. No entanto, os professores da UFRJ que desenvolveram essa patologia tinham idades que variavam entre 40 e 50 anos! Esse dado prova algo fora da “normalidade” científica.

A OMS (2019) diz que no Brasil a doença pode sofrer um aumento de 78,5% nos próximos 20 anos! Crescimento superior àquele esperado para o resto do mundo, que tem a expectativa de que aumente cerca de 63% dos casos (APC-ONU) em função do envelhecimento da população e pelas mudanças de estilo de vida ligadas ao desenvolvimento social.

3. CONCLUSÃO

²⁰ Em tempos de pandemia, há pesquisas que apontam que muitas mulheres se encontram em jornada contínua, pois o trabalho remoto faz com que seja cada vez mais difícil a separação entre as jornadas.

A carreira docente tem sido cada vez mais pressionada pelas necessidades e pelo tempo do capital, o que tem causado maior estresse na vida dos professores, contribuindo para a deterioração de sua qualidade de vida e saúde.

A mente e o corpo humanos respondem ao estresse, ativando o sistema nervoso simpático na resposta para “lutar ou fugir”. O retorno ao estímulo do estresse é geralmente transitório, mas a longo prazo pode ser prejudicial. Hara *et al* (2011) afirmam que a permanência da resposta ao estresse no cotidiano pode estar associada ao aparecimento de sintomas de doenças como úlceras pépticas ou distúrbios cardiovasculares, e estudos epidemiológicos indicam fortemente que o estresse crônico pode levar a danos no DNA, que por sua vez é associado à tumorigênese. Contudo, completam afirmando que ainda são desconhecidos os mecanismos pelos quais esses eventos danosos ao DNA ocorrem em resposta ao estresse.

Há que se ter atenção, não só em termos de país, mas também a UFRJ, pois os afastamentos para tratamento representam gastos e perda da qualidade do ensino, em última análise. Segundo o Atlas do Câncer produzido pela ONU (2019) há expectativa de que no Brasil, os casos de câncer possam aumentar 78,5% em 20 anos, número este maior do que o crescimento esperado para o mundo em geral, de 63% de ampliação. Aumentos estes devido ao envelhecimento da população e às mudanças de estilo de vida ligado ao desenvolvimento social, dois dos fatores que estão contribuindo para os números cada vez mais elevados de câncer na população. Nas estatísticas divulgadas pelo DATASUS em 2019, a neoplasia maligna consta como a primeira causa de óbitos na população brasileira!

Sabemos que o adoecimento não é um fenômeno simples, pois implica diversos fatores, inclusive alguns de âmbito individual. Conforme Autor (2014), endossando a complexidade de adoecer, Lukács (apud ALVES in SILVA, 2013) aponta que, a despeito de a exteriorização da interioridade ocorrer sob as mesmas condições de trabalho e exploração, isso não significa que as reações subjetivas sejam idênticas. No caso dos docentes, significa dizer que, mesmo que estejam todos submetidos às condições similares de trabalho, nem todos adoecem ou morrem, embora a maioria absoluta sofra em função da pressão e da aceleração de seu ritmo de trabalho com consequente extensificação da carga horária, combinadas à derruição de seus direitos, de suas carreiras e até de seus equipamentos de trabalho, provocadas pelo macrocontexto ou pela organização do trabalho, que materializa um projeto societário de valores individualistas e monetários.

O levantamento realizado indica que algo de muito grave pode estar acontecendo com a saúde dos professores, entretanto esse processo ainda é invisível, seja em função da subnotificação (GUARANY, 2014) seja por falta de informação nas IFES. Ou seja, uma das ações urgentes que estão ao alcance da gestão dos recursos humanos da UFRJ, seria o de se dedicar a mapear e intervir na saúde dos seus docentes, com vistas à promoção e prevenção na esfera da saúde.

Os dados encontrados não são e nem podem ser considerados cientificamente conclusivos, mas o cenário que desenham sugere que é imperativo que mais pesquisas sejam feitas sobre a saúde dos docentes da educação superior pública e até estender para a dos técnicos-administrativos.

O adoecimento de um professor atinge toda a comunidade acadêmica, que sofre as consequências dessa sobrecarga. A invisibilidade institucional que o docente enfermo enfrenta, apesar de protegê-lo, na medida em que não o expõe, tem um outro lado perverso, pois ela impede que se forjem ações institucionais e até políticas públicas de promoção da melhora em sua qualidade de vida e trabalho, na medida em que não é exposta.

No atual cenário, acreditamos que o maior desafio seja o de forjar resistência à onda avassaladora contra os direitos trabalhistas conquistados a duras penas. Entretanto, não podemos assistir a isso sem reagir. Pesquisar e denunciar a deterioração das condições de trabalho e os agravos que causam à saúde dos trabalhadores é um dever dos militantes desta área, dos gestores e pesquisadores, enfim de todos os que acreditam em outro modelo de gestão e sociabilidade, mais humano e justo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. In SILVA, José Fernando, SANT'ANA, Raquel e outros (Org.). **Serviço Social e Sociabilidade Burguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2013

ANTUNES R, PRAUN L. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho**. Serviço Social e Sociedade 2015; 123:407-427.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. 1995. Acessado 01/08/2018. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/274211468321262162/La-ensenanza-superior-las-lecciones-derivadas-de-la-experiencia>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. 1996. Acessado 20/12/2012. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf.

_____. Ministério da Saúde. **Atlas do câncer relacionado ao trabalho no Brasil**. Brasília: MS; 2018.

_____. Ministério da Saúde. DATASUS. SIM - **Sistema de Informações de Mortalidade**. 2009. Acessado em 11/03/2019. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060701>

_____. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior**. Brasília: 2017.

BROLEZI, E. A, MARQUES, G. O, MARTINEZ, L. C. B. As principais causas de adoecimento e morte de homens no Brasil. **Revista Saúde**. UFAL, 2014. Acessado em 12/12/2018. Disponível em: http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/saude_foco/artigos/ano2014/saude_do_ho_mem.pdf

DATASUS. **Notas Técnicas Mortalidade Brasil** - 2018. Disponível em <https://datasus.saude.gov.br/mortalidade-1996-a-2017-pela-cid-10-2/>. Acessado em 05/08/2020.

DIEESE. **Anuário da Saúde do Trabalhador – 2015**. São Paulo: DIEESE; 2016.

FLINT, M. S.; BAUM, A.; CHAMBERS, W. H.; JENKINS, F. J. Induction of DNA damage, alteration of DNA repair and transcriptional activation by stress hormones. In: **Review Psychoneuroendocrinology**. Volume 32, Issue 5, June 2007, Pages 470-479. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17459596>. Acesso em 10/08/2018.

GRANT, W.; TOWERS, A. J.; WILLIAMS, B.; LAM, C. M.; XIAO, K.; SHENOY, S. K.; GREGORY, S. G.; AHN, S. DUCKETT, D. R.; LEFKOWITZ, R. J. A stress response pathway regulates DNA damage through β 2-adrenoreceptors and β -arrestin-1. In: **Revista Nature**. August, 2011. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nature10368/>. Acesso em 10/08/2018.

GUARANY, A. M. B. Trabalho docente, carreira doente: a privatização, a lógica produtivista e a mercantilização na e da educação e seus efeitos sobre os docentes. **Revista Educação por Escrito**, 2012.

_____. **Trabalho docente, carreira doente: elementos que impactam a saúde mental dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro** – Estudo de caso. Tese. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

_____. Trabalho do(c)ente: a saúde dos professores da educação superior pública. **Revista Praia Vermelha**. v.30 n.1 Dossiê Jan-Jun/2020. Políticas de Ações Afirmativas: experiências e desafios.

HARA, M. R.; KOVACS, J. J.; WHALEN, E. J.; RAJAGOPAL, S.; STRACHAN, R. T.; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Expectativa de vida dos brasileiros sobe para 75,8 anos**. 2017. Acessado em 04/08/2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos.html>

LOPES, R. J. Universidades públicas produzem mais de 90% da pesquisa do país; resta saber até quando. **Folha de São Paulo**. SP: 2019, Abr 24. Acessado em 06/06/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/reinaldojoselopes/2019/04/universidades-publicas-produzem-mais-de-90-da-pesquisa-do-pais-resta-saber-ate-quando.shtml>

LUZ, M. T. Prometeu Acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. **Revista Saúde**. Coleção 2005; 15. Acessado em 20/03/2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312005000100003

MARX, K. **O Capital**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2004.

NEME, C. M. B. A saúde e os sentimentos. **Jornal da Universidade Estadual Paulista**. Júlio de Mesquita Filho – UNESP. São Paulo: Outubro, 2005, ano XIX, nº. 205. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/205/impacto.php>. Acesso em 05/08/2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **The Cancer Atlas**. 3rd ed. Georgia, USA: American Cancer Society; 2019.

SILVA, M. L. Uma leitura psicossomática sobre a doença câncer. Marília, São Paulo, 2012. UNESCO. O docente como protagonista na mudança educacional. **Revista PRELAC**, n. 1, jun/2005.

YIN, Robert K. Estudo de Caso – Planejamento e Métodos, Porto Alegre: Ed. Bookman, 001.